

**VOZES QUE RESISTEM: FEMINISMO NEGRO, ANTIRRACISMO E
CONSCIÊNCIA DE CLASSE PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA**

Raissa da Conceição Marques Ferreira¹

Ana Paula Serrão²

Rayelle dos Passos Martins³

Victória Regina Pinheiro Lobato⁴

¹Graduanda na Universidade Federal do Pará- UFPA, Abaetetuba- PA, Brasil, turma 2021. E-mail: raissamarquesferreira3@gmail.com

²Graduanda na Universidade Federal do Pará- UFPA, Abaetetuba-PA, Brasil. E- mail: anapaulaserrao491@gmail.com

³Graduanda na Universidade Federal do Pará- UFPA, Abaetetuba-PA, Brasil. E-mail: rayellemartins122@gmail.com

Graduanda na Universidade Federal do Pará- UFPA, Campus Abaetetuba, turma 2021. E-mail: victoria.lobato@abaetetuba.ufpa.br

RESUMO

Este estudo propõe uma reflexão crítica acerca do papel da educação enquanto instância de perpetuação das desigualdades sociais, raciais e de gênero, a partir das divisões de classes em uma sociedade mercadológica, marcada por um ensino cada dia mais padronizado, e trazendo as contribuições do feminismo negro e sua importância no currículo de uma prática pedagógica libertária. A metodologia trata-se de uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo para interpretar as obras dos autores: Saviani (2007), Moraes (2021) e hooks (2013), os resultados da pesquisa indicam que o artigo discute como o sistema educacional historicamente silencia saberes produzidos por mulheres negras e sujeitos das classes populares. Além disso, é articulada às vivências educacionais no contexto acadêmico. As análises do mesmo indicam que a educação, quando orientada por uma práxis crítica, pode se constituir como espaço de resistência e emancipação, um espaço democrático que valoriza a discussão dos saberes dentro da sala de aula através da troca comunitária de ideias e experiências resultando num sujeito articulado a questões sociais, questionar sistemas e ir contra opressões se tornando um sujeito transformador crítico. Conclui-se que a valorização das vozes subalternizadas e o fortalecimento da consciência de classe são caminhos fundamentais para a construção de uma pedagogia libertadora e socialmente comprometida, considerando não somente o currículo, mas também o docente que deve propagar essa educação com conhecimento considerando principalmente a realidade da sala de aula e dos alunos.

Palavras- chave: Antirracismo. consciência de classe. Educação libertadora. Feminismo. pedagogia crítica.

INTRODUÇÃO

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

A motivação para a presente pesquisa se deu a partir da ideia de relacionar os debates vividos no meio acadêmico sobre educação libertária e currículo antirracista, com enfoque na perspectiva do feminismo negro. A educação, enquanto prática social, constitui-se como um espaço atravessado por relações de poder, na medida em que reflete, muitas vezes, as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Sob esse viés, o racismo, o sexismo e as desigualdades de classe manifestam-se de diferentes formas no contexto educacional, seja de maneira direta ou velada, influenciando currículos, práticas pedagógicas e processos de aprendizagem. Dessa forma, é notório que a escola não se configura como um espaço neutro, uma vez que privilegia determinados saberes e exclui outros.

A partir dessa compreensão, esta pesquisa propõe uma análise da educação crítica e social, tomando como eixo central a seguinte problemática: com foco na educação como prática transformadora, de que maneira as vozes do feminismo negro desafiam as estruturas racistas e classistas presentes na educação e apontam caminhos para uma prática pedagógica libertária? Essa indagação parte do entendimento de que o sistema educacional foi historicamente constituído a partir de uma lógica excludente, na qual apenas determinadas vozes, saberes e experiências são reconhecidos como legítimos, enquanto outras, sobretudo as de mulheres negras e de sujeitos das classes populares são silenciadas ou marginalizadas. Nesse sentido, bell hooks (2019, p. 115) defende que do mesmo modo que a educação pode ser uma forma de integrar os jovens ao sistema e manter um ensino padronizado, ela pode ser uma forma subversiva aos padrões estabelecidos socialmente, de maneira transformadora a partir da criticidade dos indivíduos que estão inseridos nesse contexto. Assim, é necessário reafirmar que a educação pode tanto reforçar a dominação quanto promover a libertação, ao permitir a crítica às estruturas opressoras e valorizar vozes historicamente silenciadas.

A presente pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa. Valorizarmos a pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Severino (2007) essa pesquisa utiliza como fonte principal documentos escritos, como artigos científicos, que já foram produzidos por outros pesquisadores. Ao invés de coletar dados novos, o pesquisador analisa e interpreta as informações presentes nesses documentos para construir seu próprio conhecimento sobre o tema, que é o principal material utilizado pela pesquisa presente.

Para isso, estabelecemos como instrumento utilizado para a coleta de dados a análise e leitura das fontes bibliográficas, através da leitura analítica que tem por objetivo, “[...] ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.” (Gio, 2002, p.78). Isto é, otimizando e selecionando os dados nos textos utilizados, considerando as particularidades dos autores ou

autoras em sua realidade e contexto social e temporal.

O presente artigo tem como objetivo acadêmico refletir sobre as várias formas de opressões estruturais que existem, tendo como base as contribuições do feminismo negro, do antirracismo e da consciência de classe. Sob esse viés, o estudo busca contribuir para o campo educacional, trazendo evidências de como essas opressões estruturais se manifestam no ambiente escolar, além de buscar fortalecer o diálogo sobre práticas pedagógicas literárias. Desse modo, considerar as realidades atravessadas por essas opressões é fundamental, mostrando a importância e a necessidade de uma crítica desses processos e da reflexão sobre o papel da educação como espaço de resistência e emancipação.

DESENVOLVIMENTO

O ser humano em sua essência, modifica o espaço e produz meios para sua própria existência. Ao transformar a natureza por meio do trabalho, cria também a educação e história. Ao longo desse processo, a cultura criada pelo homem passou a estabelecer um sistema de divisão da sociedade em classes, consequentemente consolidando uma dualidade na educação (Saviani, 2007):

A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. (Saviani, 2007, p.155)

Assim, o autor demonstra que a escola não foi criada para todos, ela surge para atender os interesses das classes dominantes. Conforme Saviani (2007, p.155) “A palavra escola deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre”. Em vista que, quem possuía esse tempo livre, eram aqueles redutores do poder.

Logo a partir do sistema capitalista, na fase da Revolução Industrial, a educação que não era um direito de todos, converte-se a uma ferramenta do estado para moldar os indivíduos como mão de obra para o mercado. De acordo com Saviani (2007, p.159) “[...]o impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção”. Assim ficando evidente essa relação de domínio que se estabelece, para os interesses da minoria.

Consequentemente, na contemporaneidade, surge a exigência do mínimo de educação para se viver em sociedade. Para Saviani: O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o que não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade. (Saviani, 2007, p 160)

Entretanto, essa democratização do saber, esbarra no fato que os currículos e objetivos escolares permanecem entrelaçados a os interesses de quem está no poder, estabelecendo essa relação de interesses que se arrasta historicamente na sociedade, mesmo que de uma forma camuflada dividido os indivíduos. Dessa forma a partir de Gentili (1995) esse contexto é reforçado na fase neoliberal, não somente na questão de classes, no sistema educacional ele reforça que:

[...]os enfoques neoeconomicistas têm hoje a função de legitimar novos e velhos processos de exclusão em sistemas já relativamente expandidos (embora ainda com altos graus de discriminação) e submetidos a uma intensa dinâmica de diferenciação e segmentação interna. As perspectivas neoeconomicistas pretendem legitimar e cristalizar tais dinâmicas. (Gentili, 1995, p. 197)

Assim, partido do contexto histórico dual de classes que são incorporados na educação, exposto por Saviani(2007) e reforçado por Gentili (1995) com o processo de exclusão, com altos graus de discriminações, que ocorre nas instituições, a autora hooks (2013) evidência que, em defesa da valorização das vozes de mulheres negras mediante a debates sobre o feminismo e racismo é essencial, uma vez que estas sofreram por muitos anos o cerceamento de fala dentro dos ambientes escolares e acadêmicos, espaços estes que são tão fundamentais para discussões e que infelizmente ainda são moldados ao ensino tradicional. Sobre esse viés, em sua obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, a partir de suas experiências enquanto estudante, mulher e negra hooks afirma que:

[...] Quando comecei o curso de graduação na Universidade Stanford, me fascinei pelo processo de me tornar uma intelectual negra insurgente. Fiquei surpresa e chocada ao assistir as aulas em que os professores não se entusiasmavam com o ato de ensinar, em que pareciam não ter a mais vaga noção de que a educação tem haver com a prática da liberdade. Na faculdade, reforçou-se a principal lição: tínhamos de aprender a obedecer à autoridade. No curso de graduação, a sala de aula se tornou um objeto de ódio, mas era um lugar onde eu lutava para reivindicar e conservar o direito de ser uma pensadora independente. A universidade e a sala de aula começaram a se parecer mais com uma prisão, um lugar de castigo e reclusão, e não de promessa e possibilidade. [...] (hooks,2013, p.13)

Desse modo, tal realidade vivida e apontada pela autora, é vista em inúmeras salas de aula universitárias, onde o ensino torna-se maçante para o professor e para o aluno, estes que estabelecem um pacto silencioso marcado pela obediência de um falso ensinar e um falso aprender, ambos presos em um ciclo de “castigo e reclusão”, como afirmado acima, a educação perde assim sua essência e age como uma esteira de produção, formando iguais com pensamentos reprimidos para um ensino mercadológico. A partir dessa inquietação, surge a ideia de transgredir, ou seja, ser diferente e incitar essa diferença como objeto de discussões valorosas dentro das salas de aula, permeando a educação como prática libertadora e como uma mudança necessária a um ensino tradicional e sem entusiasmo (hooks, 2013, p.17).

Logo, a partir dos ideais de (Freire, 2005), em que este aponta a problemática da “educação bancária” no ensino, a concepção da educação como transgressora ganha força e sustentação para a implementação de uma prática libertadora dentro das salas de aula. Segundo hooks (2013, p.26) “[...] Desde o começo, foi a insistência de Freire na educação como prática da liberdade que me encorajou a criar estratégias para o que ele chamava de “conscientização” em sala de aula. [...]”

Assim, a partir das estratégias apontadas pela autora, essa presente pesquisa terá como enfoque os ensaios de hooks (2013) que buscam responder a pergunta feita inicialmente. Considerando o feminismo negro, o texto de hooks nos traz uma profunda reflexão sobre tal, iniciando por sua própria história em que ao transicionar para uma escola de pessoas brancas (por conta da integração racial) a educação crítica e transformadora que ela havia tido em sua escola somente com alunos, professores e funcionários negros se esvaiu por completo, em suas palavras “[...] Para as crianças negras, a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade” (hooks, 2013, p. 12). Mais velha, enquanto professora, ela percebeu a dificuldade de trabalhar o feminismo negro em suas aulas, pois o feminismo era construído a partir da visão de mulheres brancas, questões raciais eram contempladas quando se tratava de racismo, resultando no isolamento de mulheres negras sobre a pauta em suas aulas e a relutância dos homens negros em discutir sobre, “[...] Tinham um ceticismo fundamental acerca da importância do pensamento e do movimento feministas para qualquer discussão sobre raça e racismo, para qualquer análise de experiência Negra e da luta pela libertação dos negros [...]” (hooks, 2013, p. 154).

Logo, a partir das experiências expostas por hooks (2013), a ideia é reforçada por Moraes (2021) ao tratar a acerca da educação étnico-racial traz em seu texto uma visão tríplice dos desafios da mulher negra, desafios estes que envolvem raça, gênero e classe. “[...] A maioria delas vive em condições socioeconômicas precárias, [...] vivenciando a discriminação não só

no mercado de trabalho, mas também no sistema de saúde e no educacional. [...]” (Moraes, 2021, p. 90). Assim sendo, considerando o contexto educacional,

[...]em um processo educativo, as diversidades e as diferenças culturais dos vários grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira são básicas para a construção de relações sociais equitativas, fundamentais, em um país, para uma organização social democrática com justiça social. À vista disso, a educação, como espaço propício de socialização de conhecimentos, experiências e vivências, torna-se um campo que, contrário à negação ou à omissão dos saberes étnico-raciais da população negra, torna-se favorável para a humanização de estudantes e de docentes na perspectiva da formação de novos sujeitos e de novas identidades político-culturais. (Moraes 2021, p. 100)

Feminismo negro e antirracismo: vozes que resistem na educação

Compreendemos que o feminismo negro carrega um contexto duplo a ser considerado: o racismo e o machismo; essas duas formas de opressão não são apenas praticadas por homens e mulheres brancas, mas também abrange o machismo a partir do homem negro, “[...] A principal é que eles estão acostumados a pensar sobre si mesmos dentro do quadro do racismo de ser explorados e oprimidos.” (hooks, 2013, p. 157)

Se tem a sensação que o feminismo é construído apenas na ótica de mulheres brancas, em seu contexto histórico, essa falta de inclusão da mulher negra pode leva-la a não se interessar pelo feminismo, como observado pela autora durante suas aulas lecionando num curso de Estudos da Mulher:

[...] a aluna ou aluno negros que não tem formação anterior em estudos feministas geralmente se veem numa classe predominantemente branca [...]. A falta de familiaridade com os temas em discussão pode levar os alunos negros a sentir em desvantagem não só academicamente, mas também culturalmente [...] se a aluna negra admite que não conhece os trabalhos de Audre Lorde e o resto da classe solta um grito de surpresa [...], esse grito evoca a sensação de que o feminismo, na verdade, é uma seita fechada cujos membros são geralmente brancos. (hooks, 2013, p. 153-154)

Voltando a questão do homem negro, nas escolas o conteúdo que aprendemos é que são oprimidos, ligados diretamente ao racismo e apenas, a própria autora descreve sua surpresa ao se deparar com tal fato na faculdade, [...] aprendi que os homens negros teriam sido "castrados", que o principal trauma da escravidão era o de ter privado os homens negros do direito aos privilégios e poderes masculinos, de tê-los impedido de atualizar plenamente "masculinidade".

[...] No mundo real onde nasci, eu tinha visto homens negros ocupando as posições de autoridade patriarcal, exercendo formas de poder masculino e apoiando o sexismo institucionalizado. (hooks, 2013, p. 161-162)

As experiências negras são desconsideradas em relação a luta e direitos das mulheres “[...] de falarem sobre a condição e a experiência das "mulheres" quando estavam se referindo somente às mulheres brancas. [...]” (p. 162). Embora houvesse ocorrido uma revolução nos estudos acadêmicos femininos, a respeito da inclusão da mulher negra, de acordo com hooks (2013, p. 168) outra questão além da raça dificultava o envolvimento da mulher negra na produção acadêmica, a falta de recompensas institucionais, que resultou no contato com homens negros para se promoverem.

Entretanto ao final do texto hooks declara: Aquelas acadêmicas negras que começaram a tratar de questões de gênero enquanto ainda eram ambivalentes em relação à política feminista e agora cresceram, tanto em sua consciência quanto em seu comprometimento, tem o dever de se mostrar dispostas a discutir publicamente as mudanças do seu pensamento. (hooks, 2013, p. 172)

Sendo assim, o comprometimento e a consciência tornam o sujeito crítico e provedor de uma educação libertária. Desse modo, essa compreensão reafirma o que defende Moraes (2021) ao destacar que,

[...] no contexto das relações sociais de poder e de saber, o pensar e o atuar na práxis educativa mediante os conhecimentos subjugados do pensamento feminista negro é tarefa fundamental para o exercício de uma pedagogia libertadora que surge não só da consciência crítica, mas também do trabalho de resistência à exploração de classe e à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de sexo, entre outras, com vistas à transformação do projeto excludente em processo emancipatório incluyente e autônomo da sociedade. (Moraes, 2021, p.88)

Portanto, é indispensável reconhecer que a construção de uma pedagogia libertadora exige o desenvolvimento de uma postura crítica capaz de identificar, problematizar e enfrentar as interseccionalidades das opressões anteriormente mencionadas. Além disso, é válido ressaltar que esse processo demanda o compromisso ético e político de educadores e educadoras com práticas pedagógicas que valorizem os saberes historicamente subjugados, especialmente aqueles produzidos pelas mulheres negras, promovendo a conscientização, o diálogo e a transformação das estruturas educacionais e sociais que sustentam a desigualdade e a exclusão.

Consciência de classe e educação libertária: caminhos para a emancipação

A partir da análise de Saviani, identificou-se que a educação brasileira possui raízes profundas na estrutura de classes, historicamente produzida pelo ser humano, impactando em uma dualidade na educação evidenciada pelo autor, em vista que a escola não foi projetada para ser um espaço de universalidade, mas sim um mecanismo de controle, que permanece até a contemporaneidade, utilizado por aqueles que possuem o poder (Saviani, 2007).

Sobre essa ótica, a dualidade se torna ainda mais profunda, pois está diretamente entrelaçada com questões de raça e gênero, estas que são institucionalizadas, visto que apesar de vivermos em uma sociedade multicultural, o modelo de sala de aula não age da mesma forma, e ainda não existe discussões suficientes que visem mudar essa realidade, como aponta hooks(2013). Assim, considerando essa barreira, é correto afirmar que ela é formada a partir da

[...]falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que incluía uma consciência da raça, do sexo e da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável, que as emoções e paixões não sejam mais represadas. Em certa medida, todos nós sabemos que, quando tratamos em sala de aula de temas acerca dos quais os alunos têm sentimentos apaixonados, sempre existe a possibilidade de confrontação, expressão vigorosa das ideias e até de conflito.[...] (hooks, 2013, p.55)

Desse modo, é essencial que os professores sejam mediadores de uma educação de fato libertária, uma vez que se trata de não só apresentar o currículo ou obras de autores e representatividade negra, feminista ou ambas de maneira solta, é necessário favorecer a partilha dentro das salas de aula, afim de que seja de fato democrática e que o aluno sinta-se pertencente aquele debate. Em uma perspectiva que a sala de aula, torne-se uma “comunidade”, onde todos possuem o desejo mútuo de aprender e unindo-se em um propósito, valorizando a produção não só escrita, mas a verbalização de ideias por meio de rodas de conversas (hooks,2013, p.58).

A consciência de classe surge como um fator essencialmente ligado a construção da sala multicultural, já que é a partir de discussões na sala de aula que podemos transgredir do currículo tradicionalmente exposto, um currículo fechado e que ignora as diferenças de classe social. Para hooks (2013, p.237) [...] os alunos são frequentemente silenciados por meio de sua aceitação de valores de classe que os ensinam a manter a ordem a todo custo [...], sendo assim é de grande importância se trabalhar essa consciência para formar indivíduos dispostos a transformação social de um sistema excludente e discriminatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, considerando os estudos a partir dos textos abordados aponta-se a educação libertadora como ponto chave para uma educação crítica, considerando questões de classe, raça/cor e gênero, questões que se interligam e que devem ser trabalhadas dentro do contexto escolar em vista de uma educação crítica.

É necessário que haja um preparo não somente no currículo escolar, mas nos docentes, um cuidado ao se tratar de temas tão presentes e ao mesmo tempo afastados de nossa sociedade, um cuidado não de temor, mas de compreender e tratar da melhor forma essas questões com um estudo cuidadoso da realidade dos alunos para que eles de fato possam se situar nos temas debatidos e se tornarem sujeitos transformadores socialmente.

Consequentemente, para que a educação seja realmente libertadora, os docentes precisam reconhecer que as origens de classe não são deixadas porta a fora das instituições, elas moldam as experiências de cada sujeito. E ao integrar essa compreensão ao ensino, ele passa a deixar de ser uma reprodução de desigualdades.

Em suma, a construção de uma educação crítica e libertadora exige que o docente vá além do conteúdo em sala de aula, que ele assuma uma postura onde valorize a história do estudante, tendo um olhar atento. Afinal, não basta apenas identificar as desigualdades, sim transformar esse conhecimento em práticas pedagógicas que valorizem a realidade de cada aluno e suas subjetividades, tornando a escola em um espaço vivo de resistência e de verdadeira educação humana.



REFERÊNCIAS

GENTILI, Pablo. **O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação?** Neoliberalismo, trabalho e educação. Revista educação realidade. P.191-202, jan./jun. 1995.

GIO, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MORAES, Eunice Léa. **A educação étnico-racial e a interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe vivenciadas pela população negra no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 84-106, dez. 2021. DOI: 10.61389/rbec.v5i10.6790. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/educacaoculturalinguagem/article/view/6790>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista brasileira de educação. v.12, n.34, p.152-165, jan./abr. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

FRPED



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP